

Licença

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, sendo o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, o que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado. <https://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3552>. Acesso em: 17 fev. 2022.

Referência

TERUYA, Teresa Kazuko; MORAES, Raquel de Almeida. Mídias na educação e formação de professores. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 15, n. 29, p. 327-343, 2012. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v15i29.3552>. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3552>. Acesso em: 17 fev. 2022.

MÍDIAS NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE

MEDIA IN EDUCATION AND TEACHER TRAINING

LES MÉDIAS DANS L'ÉDUCATION ET LA FORMATION DES MAÎTRES

LOS MEDIA EN LA EDUCACIÓN Y FORMACIÓN DOCENTE

Teresa Kazuko Teruya*

Raquel de Almeida Moraes**

Resumo

Este artigo trata das mídias interativas e dos ambientes virtuais de aprendizagem. Apresenta um breve histórico da política de informática na educação e do programa de formação continuada em mídias na educação, criado em 2005, pelo Ministério da Educação e Secretaria de Educação a Distância – MEC/Seed. A metodologia utilizada foi a análise documental e a observação direta dos portais do MEC. Discute a problemática da formação docente *online*. Analisa a contribuição desse programa ofertado a distância, por várias universidades brasileiras, aos professores da rede pública do ensino básico para utilizar as diferentes mídias (impressa, eletrônica e digital) na prática de ensino escolar. Conclui que a formação de leitores críticos das mídias é condição necessária para combater a superficialidade e a fragmentação do discurso hegemônico da cultura dominante, a fim de favorecer uma educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Formação docente. Mídias na educação. Educação a distância.

* Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000). Pós-doutora em Educação pela Universidade de Brasília (2009). Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (tkteruya@gmail.com).

** Doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996). Pós-Doutora pela Universidade de Haifa, Israel (2004). Professora Adjunta 4 do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília. Líder do HISTEDBR no DF (rachel@unb.br).

1 INTRODUÇÃO

Nos cursos de formação de professores, a educação a distância está se expandindo para atender as pessoas que não habitam em locais próximos às universidades, instaladas de modo geral nos médios e grandes centros urbanos, com o argumento de democratizar o acesso à educação superior. As ferramentas das mídias interativas utilizadas na educação *online* conquistam cada vez mais espaço nas instituições de ensino superior que ofertam cursos na modalidade a distância via internet. No entanto, o que ainda predomina na tela *online* é a aprendizagem por repetição e memorização, que, segundo Silva (2003), caracteriza a pedagogia da transmissão de conteúdos e valores baseada no paradigma milenar de educação que se instalou tanto no ensino presencial quanto no ensino a distância. A educação *online* utiliza-se da tecnologia de informação e comunicação por meio dos ambientes virtuais de aprendizagem, que, apesar de disponibilizar os dispositivos de interação, continua no modelo de recepção e reprodução dos dados transmitidos, uma vez que há pouca interação entre professores e alunos.

As tecnologias estão relacionadas a um tipo de cultura em um determinado momento histórico, social, político e econômico, permeando toda a história humana. Não se trata apenas de equipamentos ou instrumentos físicos, por exemplo, os aparelhos eletrônicos e as máquinas que movimentam o setor produtivo. Na organização do processo produtivo, existem as tecnologias para relacionamento com o mundo social, político e cultural que visam a eficácia e a melhoria da qualidade.

Neste artigo, trataremos das tecnologias simbólicas da mídia (1) que utilizam códigos da imagem, da fala e da escrita para disponibilizar, comunicar ou trocar informações e conhecimentos científicos na educação escolar, seja presencial ou a distância. O uso generalizado da palavra ‘mídia’ certamente confunde o leitor nos dias atuais, porque não existe um conceito consistente, nem o termo é de fácil definição, mas priorizamos os meios de comunicação virtual, por exemplo, o *software* educacional e a

internet com suas ferramentas interativas *online*.

Na educação formal, é exigida cada vez mais a compreensão do funcionamento das diferentes mídias, a fim de planejar ações e produzir um conteúdo que se contraponha à mídia de massa para desmitificar o seu poder de manipulação. O texto publicado por Marcuse em 1941 no periódico do Instituto de Pesquisa Social de Nova York trata do papel da tecnologia nas sociedades industriais. No contexto da Alemanha nazista, Marcuse considera o Terceiro Reich uma forma de tecnocracia terrorista, uma vez que, além da força bruta, esse sistema utiliza a eficácia tecnológica de manipulação social.

A tecnologia, como modo de produção, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, é assim, ao mesmo tempo, uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamentos dominantes, um instrumento de controle e dominação. (MARCUSE, 1999, p. 73).

Nessa perspectiva, concordando com Kellner (1999), entendemos que, em sua teoria dialética, Marcuse não assume nem o discurso tecnófilo, que celebra a tecnologia como instrumento de libertação e progresso, nem o discurso tecnófobo, que se apoia no argumento da tecnologia como instrumento de poder, dominação e destruição.

As tecnologias da informação e comunicação desenvolvidas após a invenção do telégrafo desencadearam novas invenções, como a máquina fotográfica, o telefone, o cinema e a televisão, entre 1850 e 1950. Essas invenções aprimoraram a comunicação por imagem, som e movimento, chegando às mais recentes inovações da tecnologia digital com os computadores e a internet. Esses recursos tecnológicos viabilizaram uma imensa produção industrial da cultura audiovisual, por meio do cinema e da televisão. Todas essas tecnologias de mídia modificam a maneira de ver, de ouvir e de viver na sociedade e criam a necessidade de alfabetizar os adultos para conhecer a máquina e sua linguagem digital e virtual. Tudo isso causa impactos no trabalho, no emprego, na educação e torna-se as novas extensões do homem, no sentido empregado por Marshall McLuhan (1969). Essas mídias determinam, em grande medida, o que e como pensamos, o que e como consumimos, como trabalhamos, como ensinamos, como aprendemos e como devemos nos comportar na sociedade (TERUYA, 2006).

As novas gerações convivem com as novas mídias, mas o acesso à internet e ao

computador no espaço escolar requer uma metodologia de ensino e uma formação docente para lidar com os conteúdos virtuais disponibilizados na rede. A internet pode ampliar as capacidades cognitivas, tanto individuais quanto coletivas, por meio das possibilidades que ela oferece de interação entre professor e alunos no ensino presencial e a distância.

No entanto, os valores disseminados pela mídia de massa devem ser interpretados criticamente, uma vez que o poder simbólico e o espetáculo midiático legitimam o pensamento hegemônico que se identifica com os grupos das elites dominantes que produzem o consenso e induzem as pessoas a copiar modelos de comportamentos e de expressões naturalizados entre os indivíduos. Dessa forma, as mídias de massa forjam a legitimidade da cultura dominante e limitam a capacidade intelectual (KELLNER, 2001).

No campo educacional, torna-se cada vez mais necessária a presença do trabalho docente para lidar com a grande quantidade de informações introjetadas pela mídia em todos os jovens. A orientação do professor ou da professora é de extrema relevância na análise crítica dos conteúdos midiáticos por meio da apresentação do conhecimento científico estruturado, para que os alunos sejam capazes de reestruturar seu pensamento com base no fundamento teórico.

A presença do computador pode contribuir para que ocorra uma transformação social e a efetiva participação de todos no processo de democratização do conhecimento, mas a tecnologia não deve ser usada para promover o aligeiramento e o barateamento do conhecimento destinado às classes trabalhadoras. Não basta colocar os recursos midiáticos na escola. As tecnologias por si sós não promovem uma aprendizagem significativa do conteúdo escolar, se não houver uma formação política e cultural do professorado que atua no espaço escolar para enfrentar os paradigmas da superficialidade e da fragmentação da informação e do conhecimento.

Apresentaremos, a seguir, um breve histórico da política de informática (2) na educação e analisaremos a utilização da mídia na educação e na formação de professores.

2 A POLÍTICA DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

No livro *A Revolução Gerenciada*, sobre a trajetória da informática na educação do país, o ex-ministro da Educação do presidente Fernando Henrique Cardoso (SOUZA, 2005) afirma que o Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo seria a primeira política educacional brasileira de introdução dos computadores na rede pública.

[...] Eram meados dos anos 90, já se sabia que havia um número significativo de boas experiências, em outros países, no uso de computadores na escola, o que permitiu formular, desde logo, um projeto de maior porte, sem a necessidade de um projeto piloto (SOUZA, 2005, p. 138).

No entanto, sobre essa história há provas documentais suficientes (BRASIL, 1981; 1983) que evidenciam a existência de uma política brasileira com projetos-piloto e programas em informática na educação que remonta à década de 1970.

A utilização de computadores na educação brasileira já era pensada na década de 1970, após a criação da Coordenação de Assessoria ao Processamento Eletrônico (Capre) em 1972, para “assessorar o uso dos recursos informáticos da União e ser um centro para a criação de uma política brasileira para o setor de informática-microeletrônica” (MORAES, 2002, p. 27). Com a carência de técnicos para atuar no mercado de computadores, houve uma mobilização do órgão de política tecnológica para destinar recursos financeiros ao desenvolvimento de indústrias do setor informático.

O MEC iniciou as atividades de capacitação por meio do Projeto Formar, oferecido pela Unicamp, e os professores cursistas deveriam criar os Centros de Informática Educativas – CIEds junto à Secretaria de Educação, mediante o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação em diferentes estados do Brasil, nos períodos de 1988 e 1989. O objetivo era preparar recursos humanos para implantar o projeto de informática na educação. Essas CIEds formariam as equipes interdisciplinares de educadores, técnicos e monitores para atender alunos e professores de educação básica, educação especial e a comunidade em geral e se transformar em centros irradiadores e multiplicadores de utilização de computadores nas escolas públicas brasileiras (MORAES, 2000, 2003; TERUYA, 2003).

A Organização dos Estados Americanos – OEA –, em 1988, convidou o MEC para validar o projeto de Informática Aplicada à Educação Básica do México. Isso fez o MEC e a OEA formularem um projeto multinacional de cooperação técnica e financeira, integrado por oito países americanos, que vigorou entre 1990 e 1995.

A sólida base teórica sobre informática educativa no Brasil existente em 1989 possibilitou ao MEC instituir, através da Portaria Ministerial n. 549/89, o Programa Nacional de Informática na Educação - Proninfe, com o objetivo de “desenvolver a informática educativa no Brasil, através de atividades e projetos articulados e

convergentes, apoiados em fundamentação pedagógica, sólida e atualizada, de modo a assegurar a unidade política, técnica e científica imprescindível ao êxito dos esforços e investimentos envolvidos”.

Apoiado em dispositivos constitucionais relativos à educação, ciência e tecnologia, o Proninfe visava: promover o desenvolvimento da informática educativa e seu uso nos sistemas públicos de ensino (1º, 2º e 3º graus e educação especial); fomentar o surgimento de infra-estrutura de suporte nas escolas, apoiando a criação de centros, subcentros e laboratórios; capacitar contínua e permanentemente professores. O Programa previa crescimento gradual da competência tecnológica referenciada e controlada por objetivos educacionais, amparado num modelo de planejamento participativo que envolvia as comunidades interessadas. Os objetivos e metas do Proninfe foram formulados em sintonia com a política nacional de ciência e tecnologia da época.

O Proninfe, apesar de dificuldades orçamentárias, gerou, em 10 anos, uma cultura nacional de informática educativa centrada na realidade da escola pública. Ele constituiu o principal referencial das ações atualmente planejadas pelo MEC: correspondeu, praticamente, a uma fase piloto que durou mais de uma década.

O Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo, que sucedeu o Proninfe, foi proposto pelo MEC em 6 de novembro de 1996 e criado em 9 de abril de 1997, com o objetivo de universalizar o uso da Telemática no sistema público de ensino fundamental e médio, como ferramenta pedagógica. O programa teve como objetivo levar os computadores com seus recursos digitais e conteúdos educacionais à rede pública de ensino de 1º e 2º graus com previsão para adquirir 100.000 computadores no biênio de 97/98 nas escolas que respeitassem os critérios acordados entre a Seed/MEC as Secretarias Estaduais de Educação - SEE. Os estados e os municípios deveriam implementar a estrutura para os laboratórios e capacitar os educadores a usar os equipamentos informáticos. Nos sistemas estaduais de ensino, a implementação do Programa de forma descentralizada tem uma Coordenação Estadual do ProInfo para introduzir as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) nas escolas públicas, articulado com as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE). Os NTE oferecem a infra-estrutura de informática e comunicação e reúnem educadores e especialistas em tecnologia de *hardware* e *software*. Atualmente, existem 376 núcleos distribuídos por todos os estados da Federação. O ProInfo é desenvolvido pela Secretaria de Educação à Distância – Seed –, por meio do Departamento de Infra-Estrutura Tecnológica – Ditec –, em parceria com as Secretarias Estaduais e algumas Municipais de Educação.

3 MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

Em 2005, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância – MEC/SEED, lançou o projeto básico do Programa de Formação continuada em Mídias na Educação. Esse Programa propõe a capacitação dos professores da rede pública de ensino para utilizar as diferentes linguagens de comunicação na prática de ensino. De acordo com o site oficial do MEC:

Mídias na Educação é um programa de educação a distância, com estrutura modular, que visa proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impresso. O público-alvo prioritário são os professores da educação básica.

Há três níveis de certificação, que constituem ciclos de estudo: o básico, de extensão, com 120 horas de duração; o intermediário, de aperfeiçoamento, com 180 horas; e o avançado, de especialização, com 360 horas.

O programa é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância (Seed), em parceria com secretarias de educação e universidades públicas – responsáveis pela produção, oferta e certificação dos módulos e pela seleção e capacitação de tutores.

Entre os objetivos do programa estão: destacar as linguagens de comunicação mais adequadas aos processos de ensino e aprendizagem; incorporar programas da Seed (TV Escola, Proinfo, Rádio Escola, Rived), das instituições de ensino superior e das secretarias estaduais e municipais de educação no projeto político-pedagógico da escola e desenvolver estratégias de autoria e de formação do leitor crítico nas diferentes mídias.

A formação de professores da rede pública de ensino foi viabilizada com a implementação do Programa Nacional de Informática na Educação por meio da internet. As instituições que participam do Programa de Formação continuada em Mídias na Educação são: Universidade Federal do Acre – UFAC, Universidade Federal do Alagoas –

UFAL, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade de Brasília – UnB, DF, Universidade Federal de Goiás – UFG, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, MG, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, MG, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Universidade Federal Mato Grosso – UFMT, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, PB, Universidade Federal Pernambuco – UFPE, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Universidade Federal de Roraima – UFRR, Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Sul – CEFET, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, RS, Universidade Federal de Sergipe – UFSE, Universidade de São Paulo – USP, Universidade Federal de Tocantins – UFT.

Em 2005 foi implementado o projeto-piloto do Programa de Formação continuada em Mídias na Educação – *online*, por meio da plataforma e-ProInfo, para capacitar 1.200 multiplicadores e tutores de todos os estados brasileiros. Em 2006, foi ofertada versão *online* do Ciclo Básico, com certificação em extensão, para dez mil profissionais de Educação Básica do Sistema Público de Ensino, em todo o País. Encontramos vários sites de universidades que oferecem os cursos *online* de mídias na educação de vários estados. Vejamos alguns exemplos disponibilizados na internet:

O site do Núcleo de Comunicação e Educação – NCE, da USP, disponibiliza um repertório de filmes educativos, entre eles os documentários de grandes personagens consagrados pela educação brasileira como Paulo Freire, Jean Piaget e outros vídeos que abordam várias temáticas ligadas às questões educacionais, culturais, tecnológicas e outros temas. De acordo com o *blog* do NCE/USP, o curso Mídi@s na Educação, é oferecido pela terceira vez a partir de 22 de abril de 2009. O material do Módulo Introdutório está disponível no Portal do Professor disponibilizado pelo MEC.

Cada sala virtual no estado de São Paulo atende 50 cursistas acompanhados de um (a) tutor (a). No total são 54 salas virtuais destinadas ao Ciclo Básico e 16 ao Ciclo

Intermediário, oferecidos via internet disponíveis no site do Programa Mídias – NCE/USP (2008). Seu objetivo é “atender a demanda por formação continuada voltada ao uso da comunicação, suas linguagens e suas tecnologias em projetos educativos”.

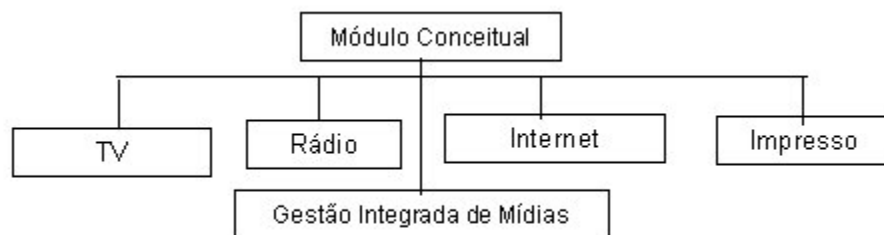
No estado do Paraná, de outubro a dezembro de 2005, o Núcleo de Educação a Distância – NEAD, da Universidade Federal do Paraná, ofertou o módulo conceitual introdutório do Programa a 86 cursistas. Em setembro de 2006, o Nead ofertou o Ciclo Básico (120h) a 500 cursistas. De setembro de 2006 a junho de 2007, o Nead/UFPR ofertou o ciclo básico a 550 cursistas. De outubro de 2007 a agosto de 2008, havia 750 cursistas indicados pela Secretaria de Estado do Paraná (Seed/PR) e pela União dos Dirigentes Municipais do Paraná (Undime/PR), os quais receberam mais uma capacitação em tecnologias educacionais e mídias integradas.

3.1 Organização Curricular



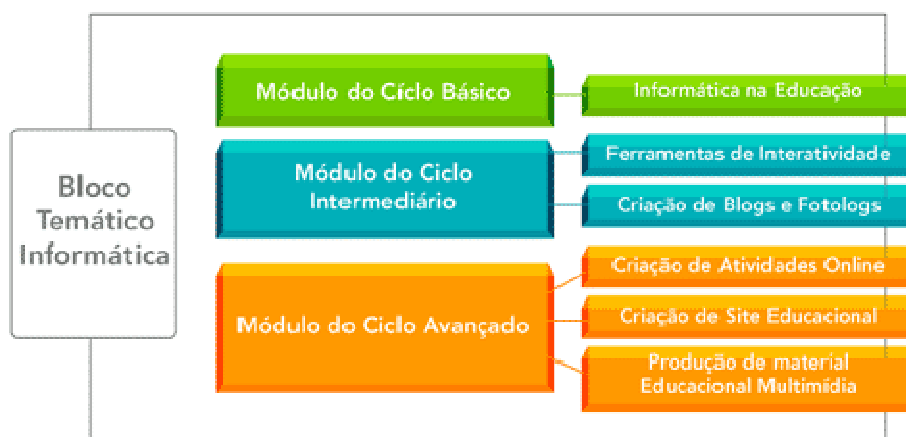
Fonte: http://www.neaad.ufes.br/subsite/midiaseducacao/guia_aluno.htm

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul ofereceu o curso de extensão na versão Piloto aos professores da rede pública (estadual e municipal) com duração de 120 horas em conjunto com o MEC/Seed no segundo semestre do ano de 2006. O programa de Formação continuada em Mídias na Educação integra as diferentes linguagens das mídias no processo de ensino e de aprendizagem e estimula a autoria em diferentes mídias. O curso é constituído por um conjunto de módulos:



Fonte: Projeto Básico do Programa de formação continuada em Mídias na Educação, MEC/Seed.

A ilustração apresenta a Estrutura Modular em diferentes níveis (Ciclos) para o Bloco Temático Informática:



Fonte: http://www.neaad.ufes.br/subsite/midiaseducacao/guia_aluno.htm

Cada módulo corresponde a um crédito (15 horas) ou dois créditos (30 horas) e divide-se em três ciclos: Primeiro: o ciclo básico discute as mídias (rádio, TV e vídeo) em diferentes concepções pedagógicas e os fundamentos e a aplicação no processo de ensino e aprendizagem para formar o espectador e estimular a autoria. Segundo: o ciclo intermediário constitui-se de módulos temáticos dedicados às diversas mídias (mídia impressa, rádio, TV, vídeo e internet), sua gestão, autoria e aplicabilidade educacional. Terceiro: o ciclo avançado é o aprofundamento das mídias na educação. Os módulos deste ciclo estudam a convergência das Mídias, multimídia educacional e *softwares* de autoria, uso de *blogs*, *flogs* e *webquest* na educação, a fim de desenvolver a “criação de atividades *online*, criação de site educacional e produção de material educacional multimídia” (BRASIL, 2005, p. 6).

A proposta do Programa de Formação continuada em Mídias na Educação está fundamentada em uma concepção interacionista de educação, voltada para uma aprendizagem significativa e autônoma. Propõe formar o leitor crítico das mídias e ampliar as possibilidades de explorar temas atuais e estimular a produção de mídias por parte de professores e de alunos, elaborando materiais que combinam sons, imagens, simulações e narrativas. Os recursos do computador possibilitam a capacidade de autoria auxiliada pelo acesso ao imenso mundo de informações disponibilizadas na internet e nos cursos *online* que se utilizam dos diversos suportes midiáticos.

4 REFLEXÕES SOBRE A MÍDIA NA EDUCAÇÃO

A Revolução Industrial transformou o modo de produção material e a vida urbana disseminou-se no mundo. A eficiência técnica impulsionou o desenvolvimento industrial na sociedade capitalista. Com a crise do sistema taylorista e fordista de produção industrial, o Japão, na década de 1950, desenvolveu o sistema toyota de produção idealizado por Taiichi Ohno. Suas idéias fundamentaram o método toyotista de *just in time* e a auto-ativação da produção, que possibilitou a diversificação e a flexibilidade com uma estrutura de fábrica mínima, porém suficiente para satisfazer a demanda com o mínimo de pessoal e sem a manutenção de estoque. A produção era definida de acordo com a venda. Essa possibilidade de produção flexível foi viabilizada pela inserção de novas tecnologias no sistema de produção automatizada. A informatização na produção industrial substituiu o trabalho especializado e uma série de atividades realizadas pela mão de obra operária e, conseqüentemente, gerou o desemprego em massa (HARVEY, 1992).

Nesse contexto, a escola pública teve que se adaptar às exigências impostas pela racionalidade econômica da sociedade tecnológica e pela flexibilização do mundo do trabalho. De acordo com Kawamura (1990, p. 44), o *slogan* “educação para todos” representa promessas sem viabilidade concreta para propostas de alfabetização das massas por meio das novas tecnologias. São propostas que não contemplam em sua essência a formação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Maria Luiza Belloni (2001) faz um estudo de duas vertentes sobre mídia-educação. A primeira analisa como os jovens interagem com as tecnologias de informação e comunicação. Discute os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na Convenção da ONU e chama a atenção para os novos modos de aprender. A segunda vertente analisa

como a mídia está se integrando gradualmente no sistema educacional. Ela esclarece que analisa algumas abordagens para entender o problema sem a pretensão de esgotar o tema nem apontar soluções para os problemas educacionais. Na formação de professores considera importante realizar uma educação para mídia com o objetivo de formar cidadãos ativos, pensantes, criativos e críticos, como um instrumento essencial para promover a democratização e contribuir para eliminar as desigualdades sociais, culturais e intelectuais.

Muitos pesquisadores, por exemplo: Belloni (2001), Libâneo (1999), Moran (2000), Siqueira (2007), Teruya (2006), entre muitos outros, concordam que o uso da tecnologia digital abre possibilidades para professores e alunos utilizarem a escrita para comunicar idéias e trocar experiências, integrando-se à sociedade da informação e ocupando os espaços de produção do conhecimento para divulgar o próprio pensamento, trocar informações e aprender um novo conhecimento. A integração da escola com a tecnologia de informação e comunicação pode oferecer o desenvolvimento pessoal, profissional e grupal com maior agilidade e dinamismo, mas é preciso formar professores para a utilização dos recursos midiáticos na educação escolar.

Alexandra Bujokas de Siqueira (2007) propõe uma política pública de educação para mídia no Brasil, com base em uma experiência inglesa, sob a responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República. Justifica a centralidade no Governo Federal para garantir um repertório mínimo e recomenda uma série de ações para a educação formal e não formal de alfabetização para a mídia. O sistema educacional deve oferecer as bases de conhecimento para que as pessoas saibam ler e escrever as linguagens das mídias. Ela defende que o sistema de comunicação brasileiro precisa quebrar o monopólio dos meios de comunicação de massa e garantir a participação democrática na produção de conteúdos, uma vez que a digitalização das plataformas de comunicação, potencialmente, amplia as possibilidades de os usuários serem receptores e, ao mesmo tempo, produtores de conteúdos.

As tarefas básicas da política de mídia-educação deveriam ser de responsabilidade de três ministérios (Educação, Cultura e Comunicação) do Governo Federal para orientar as secretarias municipais, nas quais estariam em contato com as escolas de educação básica, organizações não governamentais e universidades, para:

Eleger conteúdos, definir metodologias de trabalho, elaborar materiais pedagógicos e metodologias de trabalho que convertam os princípios da educação para a mídia em atividades concretas,

tanto para o ensino formal quanto para a educação continuada de jovens e adultos, fora das instituições de ensino. (SIQUEIRA, 2007, p. 91).

Essas ações sugeridas pela autora estão contempladas no programa de mídias na educação elaborado pelo Ministério da Educação e ofertado pelas universidades federais na modalidade a distância. O Programa de formação continuada em Mídias na Educação capacita professores multiplicadores para desenvolver projetos educativos com o objetivo de discutir a linguagem das diferentes mídias que se utilizam da comunicação sonora, impressa e audiovisual, em suas unidades escolares da rede de Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No entanto, a análise sobre política de educação a distância na formação inicial de professores no Brasil, realizada por Malanchen (2007, p. 210), argumenta que a única democracia possível em uma sociedade capitalista é a democracia burguesa, fundada na “igualdade jurídica e política, sem igualdade material”. Trata-se de uma democracia contraditória que traz no discurso da democratização da educação pela via da educação a distância - EAD a solução para o problema de acesso ao ensino superior, com a finalidade de fazer justiça social. A escola tem a função de adequar-se à lógica do mercado e promover a inclusão social, mas na realidade contribui para manutenção das desigualdades sociais por meio da democracia despolitizada e vazia de conteúdo para garantir uma cidadania passiva que não ameaça os interesses hegemônicos. A democratização de acesso à educação para formar trabalhadores que atendam as exigências de capacitação técnica, criativa e eficaz cria a ilusão de que a educação escolar vai melhorar a vida dos trabalhadores.

[...] a educação passa a ser vista como um instrumento para o desenvolvimento econômico, para o ajustamento dos indivíduos ao chamado mercado de trabalho, deixando-se em segundo plano a questão da educação como instrumento de emancipação humana, de participação, de interferências nas questões políticas, de expressão de pontos de vista sobre o modo de condução da coisa pública (MALANCHEN, 2007, p. 211).

Nessa perspectiva, a formação de professores a distância por meio das tecnologias

de informação e comunicação é uma estratégia para desintelectualização docente. Isso se confirma nos programas de EAD que contratam tutores para assumir todo o processo de ensino e de aprendizagem, no modo presencial ou virtual, tendo o conteúdo do livro ou manual didático para trabalhar com os alunos e cobrar na avaliação.

Em uma perspectiva da lingüística, reconhece que os ambientes virtuais da educação *online* são tecnologias que podem propiciar a interação entre as pessoas. São ferramentas de mediação que fascinam os usuários pelo potencial que oferecem de transformar as relações sociais de maneira lúdica, mas não garantem o ensino e a aprendizagem nem a real interação. Para verificar a ocorrência de interação, Monteiro, Ribeiro e Struchiner (2007) analisaram um fórum de discussão *online*. Na análise dos discursos nesse ambiente, evidenciou-se a desigualdade entre os participantes, constatando-se alguns monólogos de conteúdos repetidos, sem uma articulação com as experiências. Essas evidências indicam que esses recursos também podem ser utilizados para reforçar as relações de poder camuflado no discurso pedagógico. Assim, as autoras afirmam que, para romper com a postura autoritária, é preciso garantir que todos participem ativamente do espaço destinado para o diálogo e contribuir para que as pessoas possam expressar suas diferenças, escutando o que o outro tem a dizer.

As autoras apontam a necessidade de formação de professores para inserir as tecnologias de informação e comunicação na educação escolar, não para usar as mídias como forma de atrair o interesse dos estudantes pelo conteúdo escolar, mas para estabelecer o diálogo no ambiente de interação. Ao estimular a busca de respostas e desafiar com indagações e questões, os participantes dos cursos *online* mobilizam-se para colaborar com a troca de experiências e há uma possibilidade de ocorrer o rompimento com o discurso autoritário e com a passividade.

Numa perspectiva da Teoria Crítica, Crochik (2003) argumenta que as tecnologias reproduzem as condições sociais que foram estabelecidas pelo sistema capitalista de produção material. Diferente do conceito de técnica, o desenvolvimento de tecnologia é um produto da indústria e consiste na dominação social de forma sofisticada. Assim, os computadores e a internet estão integrados à indústria cultural, uma vez que incorporam as imagens, os sons e outras mídias de comunicação de massa. Os recursos conquistados pelo progresso técnico interferem na comunicação e alteram as formas de viver. A racionalidade tecnológica vem embutida no computador. Ela, que era utilizada na produção industrial e na produção científica, passa a ser um equipamento necessário na educação. Essa máquina executa uma infinidade de tarefas no mundo *hi-tech* e também pode simular um conteúdo

escolar.

A simulação do pensamento instrumental via *software* educacional está nas apostilas eletrônicas utilizadas na educação a distância. Crochik (2003) alerta para o isolamento do indivíduo que se insere no mundo cibernético e adquire o hábito de estabelecer relacionamentos virtuais. Argumenta que utilizar a tecnologia na educação para atrair a atenção dos alunos não garante que essa motivação externa amplie o conhecimento em relação aos conteúdos escolares, pois estes se apresentam como esquemas estranhos por causa da racionalidade específica da máquina. A simulação é uma representação da realidade, por isso compromete a possibilidade de resistência, uma vez que a máquina aparentemente neutra torna o indivíduo passivo, e a realidade concreta se apresenta esvaziada com a fragilidade do eu.

Na mesma direção, Henry Giroux (1997) aponta o paradoxo entre tecnologia, cultura e emancipação. O desenvolvimento científico e tecnológico poderia oferecer a libertação dos indivíduos do trabalho exaustivo e penoso e as possibilidades de desenvolver uma cultura da sensibilidade crítica para a emancipação, mas a racionalidade capitalista impõe um controle e dominação que impede as possibilidades de emancipação humana.

Giroux utiliza o conceito de hegemonia ideológica de Gramsci para tratar da hegemonia cultural que exerce um controle social e estabelece o consenso por meio do aparato cultural utilizado para reproduzir o sistema dominante de crenças e atitudes, a fim de manipular a consciência e o comportamento cotidiano. Ele enfatiza a importância dos estudos realizados pela Escola de Frankfurt sobre o desenvolvimento da tecnologia para a manutenção da cultura dominante. Destaca a importância dos trabalhos de Pierre Bourdieu e Basil Bernstein, que tratam da reprodução da sociedade dominante por meio da distribuição de materiais e mercadoria e também o capital cultural que se expressa em um sistema de significados, gostos, atitudes e normas que são legitimados pela sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos neste artigo, desde a década de 1970 havia uma preocupação com a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos para acelerar o desenvolvimento tecnológico e o conhecimento científico, a fim de tirar o Brasil da condição de país dependente. Na década seguinte, foram implementados projetos piloto destinados à formação professores para utilizar os computadores no espaço escolar. No

entanto, não houve uma ampliação dessas iniciativas, e os projetos desenvolvidos atenderam um número muito reduzido de professores. Na medida em que ocorre a popularização do computador e da internet, ampliam-se também as possibilidades de transparência e democratização da informação e do conhecimento na era virtual ou digital.

A criação e a ampliação das tecnologias de informação e comunicação no mundo do trabalho transformam as condições de existência humana, melhorando a vida de alguns e, ao mesmo tempo, ampliando o contingente populacional de excluídos em miséria absoluta. Esse mundo midiático exige uma educação escolar que promova a formação do novo perfil de trabalhador flexível e disposto a aprender ao longo da vida.

No entanto, é preciso levar em conta que a mídia eletrônica foi desenvolvida para atender a racionalidade tecnológica e configura-se como uma indústria da mente. Ao formar o ouvinte e o espectador, como propõe o Programa de Formação continuada em Mídias na Educação, o grande desafio é a apropriação crítica das tecnologias de mídias e dos conteúdos audiovisuais caracterizados pela superficialidade e fragmentação do modismo, do efêmero e do descartável. A lógica da dominação é imperceptível porque se naturaliza no indivíduo que perdeu a capacidade de pensar criticamente.

Na prática pedagógica, o professor que se limita a reproduzir e repassar os conteúdos midiáticos fortalece o discurso hegemônico da cultura dominante. Mas vislumbramos que a indústria da cultura, ao disseminar e padronizar a consciência, também cria os focos de resistência dentro de suas próprias contradições. Nesse ponto, a necessidade de uma leitura crítica das mídias na educação abre caminhos para ampliar os conhecimentos sobre as possibilidades de criação, manipulação, sedução e persuasão desses meios em todas as dimensões da sociedade. A formação do leitor crítico das diferentes mídias, portanto, requer um entendimento acerca das políticas que norteiam as diretrizes de tecnologias na educação e apropriação consistente dos temas veiculados na narrativa midiática, a fim de produzir conteúdos escolares capazes de combater a superficialidade e a fragmentação da cultura hegemônica em favor de uma educação de qualidade para todos.

Notas

- 1 Utilizamos o termo mídia definido e classificado por DIZARD JUNIOR (2000, p. 291-292), no glossário do livro *A Nova Mídia*. Mídia clássica, tradicional ou velha – são mídias bem desenvolvidas e disseminadas na sociedade como as mídias impressas e as eletrônicas. A mídia impressa abrange todo veículo de comunicação

que utiliza a palavra impressa para transmitir mensagens, tais como: os cartazes, as revistas, os jornais entre outros. A mídia eletrônica abrange os veículos de comunicação eletrônica como os aparelhos de som, o rádio e a televisão. A nova mídia aparece como derivação do uso dos computadores e da eletrônica digital, por exemplo: a *internet* (TERUYA, 2006, p. 9).

- 2 O termo informática origina-se da junção da palavra *informação* e *automática*. Os computadores fazem o tratamento da informação obtida de forma automatizada. A informática agrega a ciência da informação e da matemática no processamento automático da informação por meio do computador. A computação é o meio tecnológico que possibilita unir insumos informacionais com as ciências matemáticas.

Referências

BELLONI, Maria Luiza. *O que é mídia-educação*. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; 78).

_____. *Educação a distância*. Campinas: Autores Associados, 1999.

BRASIL. Conselho de Segurança Nacional, Secretaria Especial de Informática. *Relatório da Comissão Especial de Educação*. Brasília – DF: SEI, 1981.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Diretrizes para o estabelecimento da Política de Informática no Setor Educação, Cultura e Desporto*. Brasília – DF: MEC, 1983.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Programa Nacional de Informática na Educação*. Brasília – DF: Seed/MEC, nov. 1996.

_____. Ministério da Educação. *Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação: Projeto Básico*. Brasília – DF: SEED/MEC, 2005.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em:

<<http://inclusao.ibict.br/index.php/iniciativas-no-brasil/942-programa-nacional-de-informca-na-educa-proinfo>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. Ministério da Educação. *Mídias na educação*. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12333&Itemid=681>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. Ministério da Educação. Disponível em:

<http://www.neaad.ufes.br/subsite/midiaseducacao/apresentacao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. Ministério da Educação. *Portal do professor*. Disponível em:

<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. Ministério da Educação. Disponível em:

<<http://www.webeduc.mec.gov.br/midiaseducacao/material/introductorio/index.html>>.

Acesso em: 20 abr. 2009.

CROCHIK, José León. Teoria crítica e novas tecnologias da educação. In: PUCCI, Bruno; LASTÓRIA; Luiz Antonio Calmon Nabuco; COSTA, Berlarmino César Guimarães (Orgs.). *Tecnologia, cultura e formação... ainda Auschwitz*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 97-114.

DIZARD JUNIOR, Wilson. *A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação*. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

EPROINFO. *Ambiente colaborativo de aprendizagem*. 2006. Disponível em:

<<http://www.eproinfo.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

GIROUX, Henry. A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Trad.: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

KAWAMURA, Lili Katsuco. *Novas tecnologias e educação*. São Paulo: Ática, 1990.

KELLNER, Douglas. Introdução. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Trad.: Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Edunesp, 1999. p. 21-69.

_____. *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: Edusc, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

MALANCHEN, Julia. Política de educação a distância: democratização ou canto da sereia? *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 6, p. 209-216, jun. 2007.

MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Trad.: Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Edunesp, 1999.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação: como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.

MONTEIRO, Dilva Martins; RIBEIRO, Victoria Maria Brant; STRUCHINER, Miriam. As tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas: espaços de interação? Estudo de um fórum virtual. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 101, set./dez. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

73302007000400009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 abr. 2009.

MORAES, Raquel de Almeida. *Informática na Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. A Primeira década da Informática Educativa na escola pública no Brasil: a história dos projetos Educom, Eureka e Gênese. In: SANTOS, Gilberto Lacerda (Org.).

Tecnologias na educação e formação de professores. Brasília: Plano, 2003. p. 93-140.

_____. *Rumos da informática educativa no Brasil*. Brasília: Plano, 2002.

MORAN, Jose Manuel. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2000.

PARANÁ. Núcleo de Educação a Distância – Nead, da Universidade Federal do Paraná, Disponível em: <<http://nead.ufpr.br/cursos/midias/>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Curso Mídias na Educação. Disponível em:

<<http://www.cinted.ufrgs.br/cursoMidiaEducacao>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

SÃO PAULO. *Programa Mídias – NCE/USP 2008*. Disponível em:

<http://www.slideshare.net/richard_romancini/programa-midias-nceusp-2008-presentation-596614>. Acesso em: 20 abr. 2009.

SILVA, Marco. Criar e professorar um curso online: relato de experiência. In: _____ (Org.). *Educação online*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 53-75.

SIQUEIRA, Alexandra Bujokas de. Educação para a mídia como política pública: experiência britânica e referências para o Brasil. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1. p. 73-100, 2007.

SOUZA, Paulo Renato. *A Revolução gerenciada*. Educação no Brasil. 1995-2002. São Paulo: Financial Times, Prentice Hall, 2005.

TERUYA, Teresa Kazuko. *Trabalho e educação na era mediática*. Maringá, PR: Eduem, 2006.

_____. O uso do computador na escola pública e as expectativas dos estudantes. *Teoria e Prática da Educação*, Maringá, PR, v. 6, n. 14, p. 469-481, Ed. Especial, 2003.

Media in education and teacher training

Abstract

This article deals with the interactive medias and virtual environments of learning. It presents a brief historical of the policy of informatics in education and of the program of continuing education in medias in education, created in 2005 by the Ministry of Education

and the Office for Distance Education – MEC/Seed. The methodology used was documental analysis and direct observation of sites of the Ministry. It discusses the problematic of online training of teachers. It analyses the contribution of this online program offer by several Brazilian universities to teachers of the public school system in order to use the different medias (printed, electronic and digital) in school practice. It concludes that the training of critical media readers is a necessary condition to fight the superficiality and fragmentation of the hegemonic speech of the dominant culture, in order to offer quality education for all.

Keywords: Teacher training. Media in education. Distance education.

Les médias dans l'éducation et la formation des maîtres

Résumé

Cet article traite des médias interactives et des environnements virtuels d'apprentissage. Il présente un bref historique de l'informatique en éducation et du programme de formation continuée en médias dans l'éducation, créé en 2005, par le Ministère de l'Éducation et le Secrétariat de l'Éducation à Distance – MEC/Seed. La méthodologie utilisée fut l'analyse de documents et l'observation directe des portaux du MEC. Il discute la problématique de la formation des maîtres sur réseau. Il analyse la contribution de ce programme à distance offert par diverses universités brésiliennes aux maîtres du système public d'enseignement pour l'utilisation des médias (imprimé, électronique et digital) dans la pratique scolaire. L'on conclu que la formation de lecteurs critiques des médias est une condition nécessaire pour combattre la superficialité et la fragmentation du discours hégémonique de la culture dominante, afin de pourvoir une éducation de qualité pour tous.

Mots clefs : Formation de maîtres. Médias en éducation. Éducation à distance.

Los media en la educación y formación docente

Resumen

Este artículo trata de los media interactivos y de los ambientes virtuales de aprendizaje. Presenta un breve histórico de la política de informática en la educación y del programa de formación continuada en los media en la educación, creado en 2005, por el Ministerio de la Educación y por la Secretaría de Educación a Distancia – MEC/Seed. La metodología utilizada fue el análisis documental y la observación directa de los portales de MEC.

Discute la problemática de la formación docente *on line*. Analiza la contribución de este programa ofertado a distancia por varias universidades brasileñas, a los profesores de la red pública de la enseñanza primaria para utilizar los diferentes media (impresa, electrónica y digital) en la práctica de la enseñanza escolar. Concluye que la formación de lectores críticos de los media es condición necesaria para combatir la superficialidad y la fragmentación del discurso hegemónico de la cultura dominante, a fin de favorecer una educación de calidad para todos.

Palabras-clave: Formación docente. Los media en la educación. Educación a distancia.

Recebida 1ª versão em: 21.05.2009

Accita 2ª versão em: 28.10.2009